

REQUERIMENTO N.º 0059/2013

**EXECELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAMOGI/MG**

***Urgentíssimo!!***

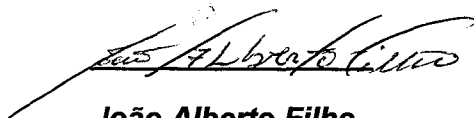
O Vereador abaixo assinado, com assento nesta Casa Legislativa, na forma regimental, vem, com o devido respeito perante Vossa Excelência, **REQUERER**, com fundamento no artigo 61, §5º combinado com o artigo 68, XII, ambos da Lei Orgânica Municipal de Itamogi, ***Pedido de Envio de Ofício assinado por Vossa Excelência Presidente da Câmara Municipal de Itamogi direcionado ao Exceletíssimo Senhor Prefeito Municipal Osmair Martins***, solicitando que o envio do balancete mensal seja feito na forma como prevê a Lei Orgânica Municipal, ou seja, os balancetes contábeis e orçamentários da Prefeitura Municipal do mês anterior devem ser enviados a Câmara Municipal para análise e fiscalização até o último dia do mês subsequente. Solicito também a Vossa Excelência, Presidente da Câmara Municipal de Itamogi, que faça uma publicação resumida do referido balancete publique-o no átrio da Câmara Municipal de Itamogi/MG, facilitando o acesso e análise destes documentos por todos os munícipes de nossa cidade (seguindo a mesma norma prescrita como dever para o Prefeito municipal prevista no art. 105, inciso I da Lei Orgânica Municipal de Itamogi). Registro ainda que o presente Requerimento, não necessita ir a plenário, pois trata de matéria expressamente prevista na Lei Orgânica Municipal de Itamogi/MG, devendo ser cumprida em sua integralidade.

**Justificativa:**

***Sr. Presidente:***

***Essa Casa Legislativa deve ser respeitada, representamos um poder autônomo e independente, e o Poder Executivo deve respeitar e cumprir com os seus deveres previstos na Lei Orgânica Municipal de Itamogi/MG. Não havendo justificativa quanto ao atraso no envio do balancete do mês de fevereiro de 2013, nós membros do Poder Legislativo e representante do povo, ficamos cerceados do nosso legítimo direito de analisar e fiscalizar as contas do Poder Executivo Municipal. Esse desrespeito com o Poder Legislativo é inaceitável e configura uma afronta a Lei Orgânica Municipal de Itamogi. A permanecer o descumprimento do envio dos referidos balancetes na forma como prevê a Lei Orgânica, encaminharei um ofício ao Ministério Público para eventual apuração de responsabilidade por infração político-administrativa prevista no artigo 68, XII da Lei Orgânica Municipal de Itamogi, e ainda com previsão no Decreto lei 201/1967, e por fim, para eventual análise de Improbidade Administrativa prevista na Lei 8429/1992.***

***Itamogi, 03 de abril de 2013.***



**João Alberto Filho**

**Vereador e líder do PMDB na Câmara**

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAMOGI - MG
Correspondência Recebida
Protocolo n.º <u>00124/2013</u>
Entrada em <u>04 / 04 / 13</u>
<u>Rosângela Moraes</u>
Encarregado